

A democracia portuguesa face ao património cultural

Augusto Santos SILVA
UP/FEP-INSTITUTO DE SOCIOLOGIA

Resumo

O artigo problematiza a relação da democracia portuguesa com o património cultural. Depois de mostrar a importância do património na luta política entre o Estado Novo e a Oposição, analisa a ação do Estado e da sociedade democrática pós-1974. Considera cinco planos de análise. O primeiro diz respeito à interpretação da história como contexto e processo gerador de património. O segundo tem a ver com a relação entre património cultural e identidade nacional. O terceiro plano é o dos processos e instituições de conhecimento e divulgação de bens e contextos patrimoniais. O quarto concerne os serviços e as práticas de administração patrimonial. Finalmente, o debate em torno das gravuras rupestres do vale do Côa é relevado como um caso exemplar do grande alcance social e político da questão patrimonial, numa democracia.

Palavras-chave: património, identidade, democracia

Abstract

The article focuses on the approach of the Portuguese democracy to the national heritage. Firstly, the importance of the debate between the “Estado Novo” and the political Opposition is shown. Then, we consider the new approach of the democratic regime, since 1974. Five analytical levels are chosen. The first one is the representation of history as a heritage generating context. The second one regards the articulation between national heritage and identity. Then we move to the analysis of the processes and institutions that produce and disseminate knowledge on heritage. The fourth level concerns issues of policy and administration. Finally, we take the dispute on the Palaeolithic rock engravings founded in the Côa Valley as a major example of the social and political centrality of the heritage in a democracy.

Keywords: heritage, identity, democracy

A luta cultural entre Estado Novo e Oposição

A luta política e cultural entre o Estado Novo e as correntes de Oposição também girou em torno do tema do relacionamento com o passado e com os traços que ele nos foi deixando e nós fomos codificando como património¹. É útil, como se verá, considerar a noção de património no seu sentido mais amplo. Ela não inclui apenas o conjunto de bens (móveis ou imóveis, materiais ou intangíveis) que ficaram do passado em condições de salvaguarda, preservação e usufruto, e a referenciação de tais bens a uma herança histórica e a uma tradição reveladoras de uma certa identidade coletiva – e por isso constituindo cada geração na obrigação de as receber, cuidar e transmitir. Inclui também a representação e interpretação do passado e do seu contributo para a formação do presente, que é afinal de contas o mais importante quadro de perceção e avaliação do valor daqueles bens (cf. GUILLAUME, 2003: 89).

Neste sentido amplo, Estado Novo e Oposição distinguiam-se e combatiam-se agudamente na questão patrimonial.

Em primeiro lugar, quanto à leitura da história nacional. A interpretação teleológica do Regime pretendia projetar Salazar e o salazarismo como a realização presente e culminante de uma evolução logicamente ancorada no momento fundador da nacionalidade, como um reino cristão e de “Reconquista”, depois engrandecido no período áureo dos “Descobrimentos” e da “Expansão Ultramarina”, e a que o liberalismo oitocentista e o republicanismo haviam provocado um desvio que era agora corrigido. A este padrão se opunham as correntes da Oposição que valorizavam realidades históricas bem diversas e, em particular, lamentavam o trunfo da “política de transporte” sobre a “política da fixação” (nos termos de António Sérgio) e as oportunidades de modernização falhadas às mãos da pressão conservadora de monarquia, fidalguia, clero e universidade. Em contraste, estas correntes consideravam seus ancestrais figuras como Luís António Verney e outros “estrangeirados”, Pombal ou Passos Manuel e movimentos como o liberalismo revolucionário, a Geração de 70 ou o republicanismo.

Em segundo lugar, como regime autoritário que era, o Estado Novo não se limitava a construir uma visão oficial da História, que procurava colocar Salazar no mesmo patamar do Infante D. Henrique (ao que logo importantes setores oposicionistas contrapunham a valorização do Infante D. Pedro). Impunha essa visão como doutrina, não só censurando o escrutínio crítico ou as leituras alternativas como fazendo dela programa de ensino e catequese. O cânon literário e artístico nacional era, por isso, muito restrito e muito rígido, excluindo grande parte dos autores e obras mais dinâmicos nas respetivas circunstâncias, designadamente quando o que estava em causa eram os séculos XIX e XX.

No plano da cultura erudita, o país reconfigurado pelo Estado Novo reclamava-se de Camões – e de Camões pela metade, o de *Os Lusíadas* incompletos (amputados do perturbador Canto IX), mas já não o dos sonetos e canções. Pese embora o esforço inicial de António Ferro de alguma ligação ao modernismo, a escola e a academia do Regime, ignorando Pessoa, abjurando o realista Eça e suspeitando de Garrett, haveriam de socorrer-se sistematicamente de autores menores, ou de obras menores de autores

¹ Agradeço a Vítor Oliveira Jorge os seus preciosos comentários à versão inicial deste artigo. Quaisquer outros comentários podem ser endereçados a asilva@fep.up.pt.

maiores (como no caso do mesmo Eça). Nas artes, viam-se praticamente reduzidas à celebração da sucessão das arquiteturas religiosas, militares ou palacianas do românico, do gótico, do manuelino como “estilo nosso” e do neomanuelino que a ele regressaria em Oitocentos, e do barroco.

No plano da cultura popular, o Estado Novo conduziu um programa de folclorização (CASTELO-BRANCO & BRANCO, 2003: esp. 21). Ele consistia, primeiro, na codificação seletiva e normalizadora de artes de ser e fazer de extração rural (nas técnicas e utensílios, na agricultura e no artesanato, nas danças e cantares, nas festas ligadas ao trabalho, às colheitas e às romarias, na alimentação, vestuário e habitação); e, depois, na sua devolução e aplicação normativa às populações, incluindo através de exposições nacionais e coloniais e através de museus, cortejos e grupos etnográficos.

Do seu lado, a Oposição oscilava entre duas posições. Uma era por assim dizer simétrica à do Regime: menos Camões e mais Eça de Queirós, ou Antero de Quental, ou Fernão Lopes, ou, noutra registo, o Herculano cidadão empenhado e erudito escrupuloso – e, claro, todos os contemporâneos a vários títulos regularmente censurados, quando não perseguidos; e o romantismo revolucionário, ou os realismos e modernismos como referências artísticas principais. A essa luz, a propaganda salazarista era muitas vezes caricaturada sob a forma dos três famigerados F: fado, futebol, Fátima. Mas a outra posição era distinta, se bem que pudesse interseccionar ou complementar a primeira. Ela procurava abordar a cultura popular – rural e urbana, camponesa, operária, dos pequenos prestadores de serviços ou funcionários subalternos – recodificando-a como tal, em alternativa crítica à lógica da folclorização. Essa (re) descoberta do “povo” e do “popular”, conduzida por frações intelectuais urbanas e a partir das suas posições no campo cultural e profissional, teve expressão pública em vários momentos paradigmáticos². Contam-se entre eles o Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa (lançado em 1955, pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos, sob a coordenação de Francisco Keil do Amaral), os levantamentos etnomusicográficos de Michel Giacometti ou a utilização da forma do fado de Coimbra pela canção de protesto.

Em terceiro lugar, o uso político do património cultural pelo Estado Novo (cf. GOMES, 2011: 403-551) requeria um programa de reconstrução da monumentalidade patrimonial. Não se tratava apenas de uma tecnologia patrimonial, moldada numa intervenção descuidada e maximalista, de modo a “completar” e/ou “embelezar” os locais e edifícios emblemáticos. Era sobretudo a reconstrução da história nacional, no sentido adequado à interpretação ideológica, à narrativa do Regime. Era crucial a sua dimensão propriamente física: refazer igrejas, castelos e palácios, de modo a que pudessem ser projetados – e subsequentemente apercebidos pelos portugueses – como provas e testemunhos materiais do enraizamento histórico do Estado Novo. O Paço Ducal de Guimarães ficou como um exemplo particularmente impressionante da agressiva reconstrução da monumentalidade.

Este duplo aspeto – técnicas rudimentares de conservação patrimonial, à revelia

² As análises de Jorge Freitas Branco sobre a relação entre cultura popular e identidade nacional, de 1870 a 1970, constituem um inestimável guia para compreender estes e outros momentos (cf. BRANCO, 2000).

do saber científico e técnico já então disponível; e a lógica global de reconfiguração retrospectiva do património edificado – não deixou de ser objeto de distanciamento e crítica, quer nos meios académicos quer nos meios políticos. Uma ideologização tão extrema do património dificultava, e aqui e ali impedia, uma relação mais propriamente cultural, autónoma face à ideologia política, e científica, conduzida pelos padrões próprios aplicáveis. E a orientação para o passado (o “passadismo”, assim criticamente denunciado), que informava toda a representação salazarista do País, surgia como um obstáculo estrutural à modernização política, social e económica tão desejada nos círculos oposicionistas e em grupos mais urbanos e empreendedores (que, aliás, chegaram a estar representados no interior do Regime). A modernização – implicando uma orientação para fora (a Europa além dos Pirenéus) e para o futuro – não significava, evidentemente, um voltar absoluto de costas às heranças, tradições, usos e outros traços patrimoniais. Mas rompia, sem margem para dúvidas, com o isolamento e o passadismo. E este foi um eixo central da luta cultural entre Estado Novo e Oposição.

Revolução e património

Sem ter em conta este lastro, creio que não perceberemos a relação da democracia portuguesa com o património histórico-cultural. Embora nelas esteja particularmente presente a tensão entre apagamento e conservação que funda todas as atitudes relativas a esse património (POIRIER, 1996), as revoluções não são necessariamente momentos de exaltação anti patrimonial. Pelo contrário, a preocupação com a salvaguarda e difusão do património e os esforços para a musealização podem ser diretamente referidos a decisões revolucionárias.

É paradigmática a discussão havia em França, nos anos de 1790, sobre o destino a dar aos monumentos que testemunhavam o passado: destruí-los, como emblemas dos tempos de opressão, ou conservá-los, como monumentos da nação? Triunfará a posição conservacionista, liderada pelo Abbé Grégoire, e assim é que foi fundada praticamente a representação e a política moderna do património (BÉGHAIN, 1998: 8-9; BENHAMOU, 2001: 58). O Museu do Louvre abre, em 1793, por decisão da Assembleia Nacional; e seminal é o seu significado político: a preservação da memória em pleno ato de destruição da ordem institucional vigente, reconvertendo a esse fim um monumento anteriormente ao serviço de tal ordem. A política patrimonial só ganha expressão na Europa subsequente às revoluções liberais de Seiscentos (na Inglaterra) a Oitocentos, e em resultado da mudança também ela revolucionária no entendimento dos valores patrimoniais como bens comuns. Victor Hugo dirá lapidarmente que, se o “uso” de um edifício patrimonialmente rico pertence ao proprietário, “a sua beleza pertence a todo o mundo” (citado por BÉGHAIN, 1998: 8); todos têm, pois, o dever de cuidá-lo e transmiti-lo, e o direito de proteger e usufruir.

O tema crucial do usufruto – a acessibilidade pública dos monumentos e das artes e o acesso social a esses monumentos e artes – declina-se, em regimes liberais e (por maioria de razão) em regimes democráticos, em várias dimensões complementares. Elas compreendem: a obrigação do conhecimento (investigação, inventário, exposição); a consciência cívica da ligação entre património e identidade coletiva – e a sua promoção no quadro dos processos e instituições nacionais de socialização de que foi dispendo o Estado moderno, da escola à conscrição, sem esquecer a imprensa, o cortejo cerimonial

ou a festa cívica; a divulgação pública do património, a sua exposição organizada ao olhar do público, educando esse olhar – através dos monumentos, dos museus, das “estações” arqueológicas, ou, noutro plano, na divulgação dos bens intangíveis, da literatura às crenças, usos e costumes, e através de textos, ilustrações, gravuras, ou espetáculos e festas; e o incremento do acesso ao seu usufruto, isso a que o Pós-Segunda Guerra chamará democratização.

A esta luz, notar-se-á que a atitude da revolução democrática portuguesa – isto é, as posições expressas no movimento social e as decisões das primeiras instituições democráticas – esteve longe de ser unipolar. Claro que os valores e emblemas mais associados à doutrinação e propaganda salazarista foram questionados de alto a baixo, e muitos foram abandonados ou secundarizados durante anos. O Camões épico, os fortes militares associados à Expansão e o fado são exemplos ilustrativos nas diferentes dimensões de que trata a memória patrimonial. Será preciso esperar até à década de 1980 para que a cultura de massas reincorpore ideias e símbolos antigamente hiperpolitizados – a polémica em torno do nome e da simbologia do grupo *rock* Heróis do Mar, criado em 1981, é um caso flagrante. Mas, por outro lado, a abertura democrática permitia ultrapassar o sobre-investimento ideológico no património, ao mesmo tempo que favorecia a tematização de duas questões doravante críticas: a profissionalização do tratamento patrimonial e a democratização do acesso aos bens patrimoniais. Impunha-se agora a quase todos a urgência de processos adequados de salvaguarda e conservação, de uma administração própria para o património público, respeitadora da sua natureza histórico-cultural, e do alargamento do acesso e usufruto dele.

Representações da identidade, representações do património

Eis, portanto, duas ideias que podem ajudar-nos a estudar a relação da democracia portuguesa com o património. A primeira é que ele constituiu um tópico maior da conflitualidade político-cultural entre o regime do Estado Novo e as correntes de Oposição. E, sendo-o, foi um eixo importante de formação e afirmação da consciência democrática. A segunda ideia é que o facto de a transição democrática ter assumido a forma revolucionária não significou nenhuma espécie de rutura sistémica com a questão patrimonial. Bem pelo contrário, enriqueceu-a com novos elementos e dimensões.

Não é possível esgotar esta riqueza no registo e espaço do presente texto. O mais que há de fazer é propor um temário: uma tentativa de problematizar essa relação da democracia com o património e um roteiro de passos a explorar, em subsequentes investigações empíricas. Nem assim cumprirá, o temário, o critério da exaustividade. Mas talvez contribua para a orientação dos interessados em conhecer melhor as múltiplas formas como o património tem sido entendido e abordado no Portugal pós-25 de Abril.

O temário que vou sugerir estrutura-se em cinco planos complementares. O primeiro diz respeito à leitura, isto é, à interpretação, da história como contexto e processo gerador de património. O segundo tem a ver com a identificação da unidade e da singularidade portuguesas – quer dizer, com a relação entre património cultural e identidade nacional. O terceiro plano é o dos saberes: os processos e instituições de conhecimento, sondagem, análise, inventário, tratamento e divulgação de bens e contextos patrimoniais. O quarto e penúltimo plano concerne os serviços e as práticas

de administração patrimonial, em sentido amplo, ou seja, tudo o que se refere à salvaguarda, conservação e exposição pública daqueles bens. Finalmente, tomarei o debate em torno das gravuras rupestres do vale do Côa como um caso exemplar do grande alcance social e político da questão patrimonial, numa democracia.

Talvez se pudesse dizer que a gradual descoberta e valorização de Fernando Pessoa e de todos os seus heterónimos e semi-heterónimos, nas décadas de 1970 e 1980, e a sua consagração cada vez mais formal como símbolo maior da história e da identidade portuguesa – como se a “Íclita Geração” da democracia viesse a ser esse punhado de criadores criados pela mente inquieta de Pessoa – gerou uma deslocação poderosa do plano político e militar para o plano linguístico e cultural, na definição e enunciação dos ícones patrimoniais portugueses. A língua como pátria (que é, como sabemos, um curioso caso de popularização de uma mensagem contrária à expressão original³), o Eu interior como terreno criativo e o “desassossego” posto em linguagem poética, serão rapidamente transformados em mais do que obra pessoana – em termos de referência alternativos aos do Antigo Regime para a enunciação, ela mesmo plural porque democrática, de um sentido possível para a história portuguesa e a herança patrimonial que foi gerando. O primado da língua e da cultura – com maior intensidade, entre todas as artes criativas, na literatura – situará a contribuição portuguesa num plano mais universalista, radicalmente contrário à lógica de fechamento e arcaísmo tardo-imperial do Estado Novo. A diversidade, a pluralidade interior do sujeito criativo e a inquietação ou “desassossego”, não deixarão de constituir tópicos de revalorização da história e da contemporaneidade nacional, dando espaço à imagem – talvez mais ajustada ao fim do império e ao regresso ao quadro europeu, com a sua promessa de uma integração possível num dos centros do sistema mundial – de um povo de descobridores mais do que de exploradores, um povo de aventureiros tanto quanto de opressores, um povo de encontros para além de domínios. Um povo que agora, fechado o ciclo imperial, se quereria simbolicamente mais de Garcia da Orta do que de Afonso de Albuquerque, mais de Bartolomeu Dias do que de Vasco da Gama, certamente do “achamento” do Brasil e da ousadia dos Bandeirantes, mas muito particularmente de Fernão Mendes Pinto ou de todos quantos extravasaram os limites do Império para se tornarem emigrantes antes do tempo nas quatro partidas do mundo.

Que uma tal deslocação permitia uma nova relação com o momento-chave da Expansão marítima, já a poesia de Sophia de Mello Breyner o mostrara, representando as descobertas como navegações por incertos mares em busca de novas coisas para nomear⁴. Desde a década de 1970, o cinema de Manoel de Oliveira proporrá essa leitura

³ O trecho do *Livro do Desassossego* diz o seguinte: “Não tenho nenhum sentimento político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em quem se bata, a ortografia sem ípsilon, como um escarro direto que me enoja independentemente de quem o cuspiu” (PESSOA, 2010: 326, minha atualização ortográfica).

⁴ Estou evocando, em particular, o poema “Mundo nomeado ou descoberta das ilhas”, do livro *Geografia*, de 1967 (cf. ANDRESEN, 2011: 450).

nova, esse reencontro moderno, mesmo hipermoderno na gramática criativa, com um Portugal profundo, profundamente vinculado à razão criativa dos afetos e das palavras. A apresentação, cada vez mais forte e institucionalizada, do par formado por Pessoa e por Camões (um Camões agora visto na sua totalidade) como valores superlativos da história e da cultura – isto é, da nação – portuguesa, é talvez a melhor expressão deste processo, nem curto nem linear, de transformação da representação do património como herança, tradição e identidade nacional, operada pela democracia portuguesa.

Esta transformação não se resume, entretanto, à referida deslocação do terreno político-militar e religioso para o terreno criativo, da língua e da cultura. Não menos importante é o movimento em direção aos “de baixo”, à “arraia-miúda” que Fernão Lopes tinha tornado, para futura aprovação de todas as correntes de Oposição ao nacionalismo do Estado Novo, em heroína da crise de 1383-85. As mudanças face à representação imposta pelo Estado Novo são duas, e ambas fundamentais: por um lado, o “povo” deixa de ser referido, exclusiva ou predominantemente, aos camponeses e às comunidades rurais (às aldeias e às paróquias); por outro, deixa de ser colocado apenas na posição passiva da aquiescência e de objeto da inculcação.

Vários romances de José Saramago são uma bela expressão deste movimento. Desde logo, *Levantado do chão* (1980), que é, em si mesmo, um empenhadíssimo resgate da memória do viver, dos saberes e das lutas do operariado agrícola alentejano. A meu ver, a principal contribuição de Saramago, para este nosso tópico, é o poder de interpelação que ele realiza, face a valores e símbolos patrimoniais. E se os mais grandiosos atores da construção de Mafra fossem os seus operários, e se as aventuras e desventuras, as ousadias e os afetos das Blimundas e Baltasares fossem mais importantes do que D. João V (*Memorial do convento*, 1982)? E se os cruzados se tivessem recusado a auxiliar D. Afonso Henriques no cerco a Lisboa (*História do cerco de Lisboa*, 1989)? E se o mais notável na viagem do elefante Salomão a Roma, como oferta do rei português ao Papa, fossem afinal os seus transportadores (*A viagem do elefante*, 2008)?

A relação da democracia portuguesa com o património – isto é, os relacionamentos tornados possíveis e exprimíveis no espaço público, no decurso da fundação e consolidação da democracia portuguesa – é, pois, matricialmente um reencontro com a história nacional e uma releitura da composição e do significado, do alcance identitário dessa história. O poeta e político Manuel Alegre destacar-se-á no esforço de definir e enunciar um novo patriotismo democrático, uma epopeia das virtudes e feitos do povo português descomprometida e alternativa ao imaginário salazarista e ao nacionalismo que o antecedia e lhe sobreviveu. Quer no discurso político, quer nos poemas e novelas, Alegre proporá a revalorização de uma abordagem assumidamente centrada na pátria portuguesa. Não é caso único. Natália Correia e a sua ideia de “mátria”, bem como vários outros criadores, poderiam acompanhá-lo.

O ponto a reter, entretanto, é que este processo de releitura da história, património e identidade nacional, fora dos quadros nacionalistas mas sem querer rasurar a história pátria, não se limita a oferecer uma ou múltiplas visões de conjunto sobre o território português e os traços que o habitam provindos do passado. Sem dúvida que a *Viagem a Portugal* (1983) de José Saramago deve ser entendida como um momento chave da nova consciência patrimonial, no que ela, aliás atualizando muitas das preocupações subjacentes ao *Guia de Portugal* lançado por Raul Proença e prosseguido pela Fundação

Gulbenkian, e servindo-se abundantemente das suas informações, desenha um roteiro interessado e emotivo para percorrer um país por inteiro, composto por territórios e habitado por gentes. Mas o entendimento da história como geradora de identidades coletivas não é apenas determinante para a compreensão daquelas identidades como unidade – o que aproxima os portugueses entre si e deles faz uma comunidade única. A identidade é também o que distingue alguém dos outros, isto é, no caso, o que distingue esta comunidade nacional de outras, o que a singulariza no concerto das nações, isso que pode fundar um valor próprio e acrescentado pela nação portuguesa.

Há, pois, uma forte ligação entre o primeiro e o segundo plano do temário aqui sugerido: entre a interpretação da história e do território e a elaboração da identidade como unidade e como singularidade.

Neste último plano, de conhecimento do País, a democracia pôde revalorizar ensaios académicos produzidos nos meados do século XX, como a síntese do geógrafo Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945), ou o esboço de caracterização proposto pelo etnólogo Jorge Dias (*Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*, 1953). Obras muito diferentes entre si, podem ser consideradas como modelos inspiradores de duas linhagens na tentativa de definição da unidade e da singularidade portuguesa: uma, que vem de Orlando Ribeiro e de Vitorino Magalhães Godinho (e, depois, de José Mattoso), vê essa singularidade não em qualquer matriz essencial trans-histórica, mas sim como a particular combinação de múltiplos fatores em interação ao longo do espaço e do tempo; outra, que provém de Jorge Dias, insiste em desvendar traços essenciais, isto é, transcendentais à variação dos contextos e circunstâncias, que “moldariam” um “caráter nacional” – e que evidentemente são de feição sobretudo psicológica. As duas linhagens têm efeitos poderosos sobre a relação pública e técnica com o património cultural, sobre o que se acentua e destaca nesse património.

Esta contraposição entre a definição da singularidade no cruzamento específico de combinações-tais-como-as-outras e a busca de uma particularidade de natureza ou caráter não esgota, entretanto, o campo de problematização do conhecimento de si, em e “por” Portugal. Melhor do que ninguém, e com a máxima influência, Eduardo Lourenço haveria, sobretudo desde 1978, com a publicação de *O labirinto da saudade*, de propor uma alternativa de fundo (cf. também ALMEIDA, 2001). Qual fosse tomar como questão a própria autorrepresentação do País na sua cultura, isto é, usar como fio condutor, não a ilusória busca de qualquer singularidade irredutivelmente nossa, mas sim a razão e consequência da emergência dessa busca como questão cultural maior, entre e para nós. Porque é que na nossa cultura a questão da identidade própria, a questão do nosso ser e do nosso situar-se, tomou tão grandes proporções? Talvez percebamos melhor quem somos nós se procurarmos perceber porque insistimos tanto em perguntar quem somos.

Claro que uma adequada compreensão desta nossa identidade – adequada para tempos de modernidade e pós-modernidade e para tempos de democracia, pós-colonialismo e multiculturalismo – pode passar pela sua fragmentação. Quer dizer, por mostrar que ela dificilmente se reconduz à unidade de um só caráter ou ser, e pelo contrário se divide e multiplica em fragmentos cuja diversidade nenhuma composição conseguirá rasurar. A seu modo, fá-lo-á o cinema de Pedro Costa (desde *Casa de lava*, de 1994, e sobretudo desde *Ossos*, de 1997), com a exploração das sombras africanas dos

bairros “problemáticos” de Lisboa, ou o cinema do desejo transgressivo de João César Monteiro (cf. AREAL, 2011: 254-263), com a sua escatológica interpelação absoluta do modo de viver convencional urbano (desde *Recordações da casa amarela*, de 1989, e a emergência da personagem de João de Deus). Também aqui, nesta recusa de pensar no singular a identidade portuguesa, da representação da história e dos seus traços resultam consequências práticas para o trabalho patrimonial: tratando-se, neste caso, de pôr em relevo os múltiplos que nos habitam, renunciando à tentativa de superá-los ou enquadrá-los numa única totalidade.

Mais forte tem sido, porém, sobretudo no plano institucional, o primeiro caminho, a procura de uma unidade que nos singularize. Nos singularize como? Pois bem: pela nossa história e pelo nosso presente, quer dizer, pela nossa inscrição estrutural no espaço e no tempo; e por relação a outrem, seja ele o concerto das nações, em geral, ou mais especificamente o Ocidente, ou a Europa, ou a Ibéria.

A democracia portuguesa é contemporânea e correlativa da descolonização. Foi, aliás, o impasse provocado pelo arrastar da Guerra Colonial a causa maior da queda da ditadura. O Estado Novo foi um tempo de isolamento, de fechamento tanto quanto as circunstâncias o permitiram (que, convém nunca esquecer-lo, Portugal foi membro fundador da NATO e pertenceu à EFTA), aos ventos sempre suspeitos da Europa do Pós-Guerra. O grande projeto que emergiu, com a consolidação da democracia parlamentar a partir de 1976, foi a integração europeia – e o que ela prometia de regresso ao centro, modernização e desenvolvimento. A identificação da singularidade portuguesa não deixou de fazer-se, pois, neste quadro.

Várias respostas criativas tiveram um eco público e uma influência social assinaláveis. Uma das mais notáveis é a *Jangada de pedra* (1986), de José Saramago: Portugal e a Espanha como um só, uma jangada solta das amarras com a Europa e vogando pelo Atlântico, até parar algures entre África e a América Latina, reencontrando assim o Sul, agora em condições democráticas radicalmente diversas dos antigos colonialismos. Esta resposta contrasta polemicamente com essoura, que havia orientado o essencial dos meios artísticos portugueses, com particular expressão nas artes plásticas, e definia a Europa e os seus centros intelectuais como o destino feliz, quase utópico da criação e, portanto, do *ser fazendo* português. Maria Helena Vieira da Silva, Júlio Pomar ou o grupo KWY em Paris, João Cutileiro ou Paula Rego em Londres, Costa Pinheiro em Munique, os artistas regressados com a Revolução a Portugal, e as novas gerações respirando a internacionalização por todos os seus poros.

Os exemplos poderiam multiplicar-se. Mas não devemos afastar-nos do ponto que nos interessa e é a relação com o património. Aí, o tema que hegemonizará o debate público e a sua inscrição institucional é a associação entre o valor próprio e o valor acrescentado de Portugal: isto é, o que poderá definir positivamente a nossa identidade e o que consequentemente poderá basear o nosso contributo próprio a um mundo que nos transcende, mas em que (ao contrário dos tempos anteriores ao 25 de Abril) queremos estar integrados e a que queremos estar abertos.

Do ponto de vista do percurso histórico do País, este tema coloca sobretudo duas dificuldades. A primeira tem a ver com a possibilidade de releitura positiva do período áureo dos Descobrimentos, Descobertas ou Expansão – já a própria operação de nomeação é problemática. Se era fácil situar a imagem recusada – aquela construída

e imposta pelo Estado Novo, a da “Expansão Ultramarina” pela “Fé e o Império” – já era bastante mais complexo e controverso o enunciado de uma imagem alternativa mas positiva, ou seja, uma que não fosse passadista e anacrónica mas que conseguisse encontrar e destacar algum valor. Pode dizer-se que, findo o período revolucionário, em que predominou naturalmente a desconstrução radical do património histórico ligado à Expansão, a democracia ensaiará vários caminhos para essa procura de uma positividade e de uma atualidade no nosso apogeu histórico. O caminho que acabará por prevalecer haverá de culminar na Expo-98. No conceito e no programa desta exposição internacional organizada em Lisboa, por ocasião dos 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia, encontram-se os mais conseguidos resultados de uma releitura positiva do legado, nacional e universalista, da história portuguesa. Por um lado, a representação da época dos Descobrimentos como momento de descoberta – descoberta cultural e científica e desbravamento do até então desconhecido para o olhar europeu, como novas rotas, litorais e pontos de progressão sobre o interior de territórios distantes e inexplorados. Por outro lado, a valorização da função mediadora dos portugueses – abrindo à Europa os novos mundos por si desconhecidos da África Subsaariana e da América do Sul e facilitando o encontro, ora comercial, ora militar, entre as velhas civilizações da Eurásia, como a Europa cristã, a Índia, o Japão ou a China. Finalmente, a associação direta da vinculação histórica dos portugueses com o mar ao tema contemporâneo, económico, ambiental e científico do aproveitamento sustentável dos oceanos. A identidade histórica de Portugal – desse arcaico império colonial que tinha teimosamente sobrevivido à descolonização do Pós-Guerra para cair fragorosamente, fora de tempo, por causa dessa cegueira – pôde ser assim metamorfoseada numa imagem que assumiu foros de representação senão oficial pelo menos consensual nas instituições nacionais: a imagem de um povo treinado na descoberta e na aventura, intermediário e facilitador dos processos de comunicação (sempre em parte diálogos e em parte conflitos, em parte encontros e em parte desencontros) entre a Europa, outras grandes civilizações orientais e os novos mundos; e um povo habituado ao mar imenso, por isso mesmo capaz de compreender e até protagonizar uma nova consciência e uma nova ação mundial, necessidade premente de hoje, sobre os oceanos.

A segunda dificuldade maior desta tematização positiva da singularidade e do valor português tinha diretamente a ver com o passado colonial. Por maior que fosse o mérito do pioneirismo nacional (ou ibérico) na primeira mundialização, o facto é que, durante mais tempo do que qualquer outra potência, durante quase 500 anos, Portugal havia sido uma potência colonial, extraíndo valor de outros territórios e negando direitos básicos a outras populações. Foi-o em África entre o século XV e o último quartel do século XX, foi-o no Brasil entre os séculos XVI e XIX, foi-o na Índia e noutras regiões de Ásia sobretudo ao longo do século XVI. Fomos navegadores, comerciantes, exploradores, colonos, missionários, e fomos também guerreiros, traficantes e senhores de escravos, donos de roças e engenhos, exploradores do trabalho indígena; e, mais recentemente, revelámo-nos, primeiro, desinteressados da preparação de elites locais nas nações dominadas de África, depois incapazes de compreender a mudança histórica da Segunda Guerra e relutantes sem razão nem apoio às negociações e compromissos necessários, no que restava da Índia ou na Ásia ou em África, para finalmente acabarmos atolados numa Guerra Colonial que consumiu recursos e vidas, de um lado e do outro,

durante mais de uma década. Como é que se podia encontrar, certamente numa lógica pós-colonial e ainda que o primeiro ato concreto da democracia tivesse sido precipitar a descolonização, um valor positivo e enriquecedor para este povo que tinha sido de colonos e para este país que tinha feito o percurso de potência mundial quinhentista a império colonial por assim dizer póstumo?

Foram duas as maneiras, complementares entre si. Uma havia sido preparada pela teorização do brasileiro Gilberto Freyre sobre o luso-tropicalismo: essa sugestão de um colonialismo *sui generis*, mais doce, mais comunicante, gerador de encontros, mestiçagem, hibridez, um colonialismo que se queria inocente onde nenhum colonialismo o pode ser, como desde antes do 25 de Abril vinha denunciando Eduardo Lourenço (2014: 41-159). A democracia não podia retomar o luso-tropicalismo pelo valor facial e nos seus termos; mas podia, recusando o seu corolário político de desculpabilização do colonialismo, reapropriar-se explícita ou subliminarmente dessa ideia de uma singularidade da colonização portuguesa, ao mesmo tempo menos racional, menos produtiva mas também menos interesseira do que as suas congéneres inglesa ou holandesa, e mais “próxima”, mais aberta à comunicação com as sociedades nativas e as sociedades crioulas. Foi o que fez, valorizando também neste terreno o tema do encontro/ desencontro das diferenças. Assim prolongou uma ocultação da questão colonial em que o mesmo Eduardo Lourenço (2014: 187-269) certamente via a denegação da nossa responsabilidade própria. Mas também permitiu uma reenunciação da singularidade portuguesa como aquela que resultava da dupla condição de periféricos e colonizadores, “África” na Europa tanto quanto “Europa” em África (cf. SANTOS, 1990: 16), aquela que se podia exprimir numa espécie de “cosmopolitismo ao rés-do-chão” (SILVA, 2000: 29-42), ou a que podia ser tematizada por um “pós-luso-tropicalismo” que, ultrapassando os “tristes luso-tropicós”, “não esquec[ia] o que ultrapassou” (ALMEIDA, 2000: 161-184). Jangada de pedra em direção ao Atlântico Sul.

A segunda maneira consistia em projetar a questão no futuro e defender que, por mais doloroso que tivesse sido o processo passado de colonizadores e colonizados, ele deixava um património essencial para o futuro: a língua partilhada e a história comum. Quer dizer que o mesmo movimento de “culturação” da nossa identidade, que atrás defendemos ter resultado da valorização de Fernando Pessoa como ícone primeiro da cultura e identidade nacional, poderia ser projetado para os laços futuros entre a antiga potência colonial e os antigos colonizados. Agora tratados, não como tais, mas sim como Estados soberanos integrados em várias regiões críticas do mundo: a então Comunidade Económica Europeia, atual União Europeia, a América Latina, a África Subsaariana. A fundação, em 1996, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, veio institucionalizar este entendimento e procurar traduzi-lo em interesses estratégicos convergentes e influência internacional conjunta. E o envolvimento maciço de praticamente toda a população portuguesa no apoio à causa da independência de Timor-Leste, em particular nos anos de 1999 a 2002, só se compreende plenamente também como a oportunidade para Portugal resolver o seu problema consigo próprio (cf. também LOURENÇO, 2014: 297), revendo-se finalmente como uma nação irmã e solidária dos antigos oprimidos, agora falantes da mesma língua em quase todos os continentes.

Saberes e administração do património

Estou tentando dizer que, para compreender plenamente a relação da democracia portuguesa com o património – e insisto que se leia no plural: *os* relacionamentos expressos na democracia portuguesa – havemos de partir de planos que, à primeira vista, pouco têm a ver com as ciências e técnicas e com as instituições do património, mas que de facto as condicionam fortemente. Esses planos são, por um lado, a representação que o País, através dos seus criadores, cientistas, academias, organismos estatais e da sociedade civil, faz da sua própria história e da identidade ou identidades que ela foi formando; e, por outro lado, a ênfase dessa identidade, quer pela acentuação do valor próprio da sua eventual singularidade, quer pela sinalização do valor que ela acrescenta ao mundo em que se integra ou com que se liga. A ideia é que, se não percebermos como foram formadas as múltiplas representações de nós próprios que hoje circulam no Estado, no espaço público, nas escolas, nos *media*, nas embaixadas, nos meios científicos, artísticos ou culturais, nos agentes económicos, políticos ou religiosos; sem percebermos a génese e a funcionalidade do conceito de lusofonia; sem percebermos a natureza e o alcance da reinterpretação da nossa história e dos traços e marcos patrimoniais que ela foi deixando (materiais e intangíveis) como um processo de descoberta e encontro de povos e culturas: não compreenderemos, ou compreenderemos pior algumas das linhas mestras de definição quer das políticas, quer dos saberes, quer das práticas patrimoniais da democracia.

Há já bastante trabalho feito sobre a área dos saberes, podemos demorar-nos pouco nela. Mas algumas etapas e tendências hão de ser destacadas⁵.

A primeira tendência é a desmonumentalização do património. Correlativa da mudança cultural pós-abrilista que tentou alargar “para baixo” a ideia de nação e incorporou no “povo” as classes operárias e urbanas subalternas, esta tendência traduziu-se na preocupação em ir além de palácios, castelos, sés e fortes, e em ir além das belas artes e da arquitetura monumental, para trazer à boca de cena as artes e tradições populares, os falares e cantares, as crenças e rituais, os hábitos e rotinas, os ofícios e artesanatos, as histórias de vida e de comunidade, as coletividades e associações, as ideias sociais e políticas. No contexto revolucionário de 1974 a 1976, ocorreu uma explosão de interesse e de práticas: à politização do património popular contida no programa da folclorização salazarista contrapunha-se agora uma hiperpolitização assumida, mas de orientação revolucionária, que sondava no fundo patrimonial popular bases e fontes para uma nova consciência nacional, democrática e popular. Este movimento social e cultural em direção às artes e tradições, rurais e urbanas, camponesas e operárias, prosseguiu bem para lá do contexto revolucionário; e inscreveu-se, pelo menos lateralmente, em novos espaços de formação e ensino abertos pela democracia, como

⁵ Em toda esta secção do artigo referirei sucessivamente múltiplas entidades e projetos. Muitos têm descrições monográficas próprias, outros têm sido objeto de estudos e publicações especializadas, outros encontram-se ainda por analisar e divulgar com o cuidado merecido. Não curarei, dado o registo deste texto e as minhas próprias limitações, de indicar as referências específicas para cada caso que invocar. Se os leitores interessados me permitem um conselho, uma boa maneira de iniciarem a sua própria pesquisa é, recorrendo aos motores de busca disponíveis, localizar e aceder aos respetivos sítios digitais.

as áreas letivas de Educação Cívica e Politécnica, o Serviço Cívico Estudantil, o Serviço Médico à Periferia ou as atividades do então Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis. Basta compulsar a série sobre artes e tradições regionais⁶ para compreender o alcance deste movimento, ao mesmo tempo erudito, pedagógico e de consciencialização juvenil e comunitária.

Desmonumentalização não quer, evidentemente, dizer só isto - esta recusa de fechar o património inventariável, estudável e divulgável no pequeno círculo de monumentos e tesouros. Também é um esforço de (re)contextualização: tratar o património como uma obra humana, um facto social que só se compreende em relação com outros factos. Em contraste com a leitura salazarista, que vinculava o património ao “espírito” nacional, primordial e perene, e bloqueava a visibilidade académica e pública de análises mais, por assim dizer, seculares, o espaço público e as instituições académicas democráticas deixariam livre curso e incentivariam as explicações que traziam os bens e valores patrimoniais para o “interior” das formações sociais e os consideravam como resultados e expressões das respetivas dinâmicas e relações de força.

O que logicamente levava – e eis a terceira tendência que importa assinalar – a um registo de abordagem globalizante a conjuntos patrimoniais: a sítios arqueológicos, históricos e/ou monumentais, a *corpora* de tradições, a coleções, a escolas, oficinas, correntes e demais meios artísticos, a comunidades e territórios.

Todas estas linhas de ação podem ser integradas numa dinâmica geral de modernização e de profissionalização, que marca e orienta a emergência de um campo patrimonial no Portugal democrático.

Modernização do conhecimento e da formação: no âmbito das sucessivas reestruturações e reformas curriculares das clássicas Faculdades de Letras (de Lisboa, Porto e Coimbra) e dos departamentos de Humanidades e/ou Ciências Sociais das Universidades Novas, foi-se fazendo a atualização das referências e padrões científicos, técnicos e pedagógicos. A arqueologia, entendida tradicionalmente como mera disciplina auxiliar, ganhou alguma autonomia, por vezes em associação com a história da arte; e, gradualmente, foi-se estruturando um campo mais alargado focado nas questões do património, convocando a museologia, a etnologia, a arqueologia, a história da arte, a etnomusicologia e outros saberes disciplinares. Foi-se abrindo caminho, pois, para um estudo propriamente científico e técnico, que não tinha de ser enquadrado política e ideologicamente por qualquer interpretação apriorística da identidade nacional e da sua expressão através do património. Mas este movimento só se percebe plenamente se tivermos em conta as transformações que entretanto ocorreram, no plano cultural, e a que atrás fizemos menção – essas que, pluralizando as interpretações possíveis e legítimas e revalorizando aspetos da história e da vida social portuguesa e dos seus (des)encontros com outras histórias, lavraram o terreno onde as ciências e técnicas do património puderam florescer.

Segundo traço fundamental: a profissionalização das práticas e dos agentes dedicados ao estudo, salvaguarda e divulgação patrimonial. Trata-se, por um lado, das

⁶ Refiro-me à série de nove volumes publicada pelas Edições Terra Livre (Direção Geral da Divulgação), iniciada em 1979 com *Artes e tradições de Barcelos* (aproveitando trabalhos de estágio de professores de educação visual e com introdução de Helder Pacheco).

sempre indispensáveis operações de codificação e standardização dos procedimentos, absolutamente críticas num país e num setor em que, como bem se via a propósito das escavações arqueológicas ou da conservação das igrejas e castelos, o amadorismo e o arcaísmo técnico abundavam. E trata-se, por outro lado, da profissionalização dos agentes, nas múltiplas dimensões que ela comporta: formação técnica específica, de nível intermédio ou superior, formação certificada conduzindo a uma credencialização profissional, definição de categorias, funções e carreiras profissionais, associativismo profissional e criação de uma oferta de trabalho disponível para o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios, além das instituições religiosas e privadas.

Por isso mesmo, creio que se deve falar da emergência de um *campo*, no sentido sociológico do termo, ligado ao património em Portugal; datá-lo do último quartel do século XX; e ligá-lo diretamente às novas condições, não só institucionais como culturais e académicas, criadas pela transição democrática. Não significa isto esquecer o muito que preparou esse campo, ou a que esse campo foi buscar raízes, e estava em curso antes de 1974. Pelo contrário; e o caso da etnologia é particularmente evidente, com a importância absolutamente decisiva dos trabalhos fundadores de Jorge Dias sobre *Vilarinho das Furnas* (1948) e *Rio de Onor* (1953) e o esforço estruturado de tratamento sistemático de aspetos da cultura material portuguesa (desde 1947, no quadro do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular), em que Dias teve a colaboração preciosa de Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira e Fernando Galhano. Aí estiveram os fundamentos da modernização e profissionalização do estudo etnográfico e etnológico em Portugal; e da sua convergência com as investigações mais vinculadas à matriz anglo-saxónica da investigação social - aplicadas pela primeira vez entre nós por José Cutileiro (*A portuguese rural society*, 1971) - resultou o que bem poderíamos chamar a escola antropológica da democracia portuguesa.

A etnologia não será caso único. Quer na arqueologia (os trabalhos em Conímbriga, por exemplo, estando as Ruínas abertas ao público desde 1930 e o Museu Monográfico desde 1962), quer na história da arte (sobretudo com José Augusto França), ou na museologia, certamente se encontrarão precursores e pioneiros. Mas, do ponto de vista estrutural, o campo profissional e institucional do património é uma criação das décadas democráticas. Muito gradual, aliás. Nesse processo, várias etapas podem ser assinaladas: entre outras, a evolução do ensino e investigação universitária, com as licenciaturas em várias ou no conjunto das ciências e técnicas do património, a formação de departamentos específicos, o desenvolvimento das associações científicas e profissionais; a fundação e o desenvolvimento das escolas profissionais ligadas à arqueologia e ao património; a influência das escolas de artes e ofícios ligadas à conservação e restauro, com destaque para a Fundação Ricardo Espírito Santo; esses verdadeiros laboratórios de pesquisa e formação, envolvendo dezenas de especialistas e muitas centenas de estudantes, ao longo dos anos, além de uma relação tornada pela democracia mais próxima com as autoridades locais (desde 1976, eleitas), de que são exemplos, para a arqueologia pré-histórica, o Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (desde 1978), para a arqueologia romana outra vez Conímbriga e o Campo Arqueológico de Braga (desde 1976), para a arqueologia medieval o Campo Arqueológico de Mértola (também desde 1978).

A consolidação e a evolução deste campo português do património não é, claro,

inteiramente compreensível sem olharmos para as transformações entretanto ocorridas na administração do património. E eis o que me permite passar do terceiro plano do meu temário – focado nos saberes – para o quarto e penúltimo, respeitante às práticas e organizações.

Neste plano, pretendo chamar a atenção para que me parecem ser cinco questões críticas, na formação de uma nova relação com o património, no contexto da democracia: a organização da administração pública; o estatuto e as funções dos museus; a relação do património edificado com o seu contexto; a cooperação internacional na área do património; e a mais recente revalorização do chamado património imaterial.

São vários os pontos que estruturam o debate e a ação política em torno da administração pública do património; e na generalidade deles, não se pode falar de uma tendência clara nos processos de decisão, antes de oscilações cíclicas e soluções ainda não consolidadas⁷. Do ponto de vista dos setores e agentes culturais, havia por assim dizer um irritante: a permanência da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que não só carregava a reputação negativa, mesmo que eventualmente exagerada, da sua associação passada a técnicas expeditas de manutenção de património a golpes de cimento, como significava a retirada à administração cultural de parte dos recursos que deveriam estar no seu raio de ação. A questão acabou por resolver-se. Não na lógica da gestão cultural, mas sim na de extinção de serviços públicos por razões organizacionais e orçamentais, com o fim daquela Direção Geral, em 2007, e a subsequente transferência da parte relevante das suas competências e recursos para a área da cultura.

O segundo ponto de organização diz respeito à relação entre as administrações do património edificado e do património móvel. No quadro da política voluntarista de fundação de um Ministério da Cultura forte, entre 1995 e 2002, a autonomização das várias valências levou à coexistência de um instituto direcionado para o património arquitetónico, outro para os museus, outro para a fotografia, outro para a arqueologia e outro para a conservação e restauro, para além da existência própria de um instituto para os arquivos e das responsabilidades patrimoniais da Biblioteca Nacional. Mas, quer no início quer no fim do ciclo de 40 anos que consideramos, de 1974 até ao presente ano de 2014, o que acabou por prevalecer foi a gestão conjunta do património cultural, edificado e móvel, num único mega-serviço público.

O terceiro ponto, enfim, tem a ver com as modalidades concretas de gestão dos concretos equipamentos e sítios sob tutela patrimonial. Também aqui as tendências políticas gerais tiveram uma influência determinante: se, no início das instituições democráticas, o estatuto público era engrandecido e tudo o que parecesse privado se tornava suspeito, os anos de 1980 marcaram uma viragem no sentido da convocação dos municípios para a assunção de maiores responsabilidades na administração cultural e em parcerias com o Estado; e o atual contexto, que já vem da viragem do século, de “privatização”, isto é, de valorização da participação privada na provisão de bens públicos ou semipúblicos também influenciou bastante a área cultural, a qual, em certos aspetos, foi até pioneira. Não se deve esquecer ainda que, muito logicamente, a política

⁷ Três relatórios úteis para quem quiser compreender melhor a política e a administração do património são SANTOS, 1998, GOMES e MARTINHO, 2012 e GARCIA, 2014.

e a administração cultural logo se contaram entre as competências descentralizadas para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Mas os elementos propriamente culturais dos modelos de gestão não devem ser descurados. Os palácios nacionais devem ser considerados mais como museus ou como património edificado? Os museus ganham ou não com a associação de parceiros locais, desde públicos como as câmaras municipais até privados, como empresas, em fundações de direito privado e pública missão? A gestão de equipamentos locais de pequena e média dimensão, como sítios arqueológicos, mosteiros ou castelos, deve ser ou não concessionada a microempresas locais – ou então atribuída aos municípios, ou redesenhada segundo fórmulas mistas? Deve ou não ser prosseguida a política de recuperação de monumentos em operações de hotelaria e restauração – e designadamente no quadro das Pousadas de Portugal – e, se deve, que áreas hão de ser salvaguardadas para usufruto público e em que condições? Ou, em complemento ou alternativa, deve assegurar-se o uso, manutenção e acessibilidade pública de monumentos – como antigos mosteiros ou conventos – através da sua disponibilização a grupos e comunidades, por exemplo religiosas, ou então culturais, de fins não mercantis (como viria a acontecer parcialmente, quanto à colaboração com religiosas, no Mosteiro de Tibães)?

Claro que há uma questão de eficiência técnica – e também das rotinas e interesses próprios das administrações e seus agentes e interlocutores – em todos estes pontos. Mas seria cegueira não notar que na raiz de cada um deles está presente uma representação, no duplo sentido da palavra – uma interpretação e uma expressão pública – do que é o património nacional e como é que se liga com a nossa ou as nossas identidades.

Qualificação dos equipamentos, dos acervos e da organização e democratização do acesso (com a correlativa fidelização e formação de novos públicos) parecem ser as tendências mais destacadas na evolução dos museus portugueses. Vale também a pena referir várias formas e direções de extensão e aprofundamento da instituição museal e do trabalho museológico, autonomizando o processo de constituição de ecomuseus e outros museus comunitários, a instalação do Museu Nacional de Etnologia e o seu programa (até por contraste com a degradação e o impasse em que caiu o Museu de Arte Popular), o Centro de Arte Moderna José Azeredo Perdigão, a Fundação e o Museu de Arte Contemporânea de Serralves, o Museu Berardo e outros esforços de alargamento da capitalização nacional em arte moderna e contemporânea.

Não obstante, para a problemática do presente roteiro de investigação, os três movimentos mais decisivos no desenvolvimento do panorama museológico português talvez sejam (juntamente com a já atrás referida evolução da museologia e da formação e profissionalização dos conservadores e outros técnicos) os três seguintes. Por um lado, o programa, ainda incompleto mas com resultados bem visíveis, de qualificação arquitetónica e técnica dos museus nacionais, como atestam o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Nacional de Arte Contemporânea (do Chiado), o Museu Nacional Soares dos Reis ou (talvez o mais transformador) o Museu Nacional Machado de Castro. Por outro lado, o lançamento e a concretização, desde 2000, da Rede Portuguesa de Museus, e o programa de qualificação do funcionamento que lhe é subjacente, permitindo distinguir claramente os museus de outros núcleos e formas de coleção e exposição permanente, estabelecer um padrão normativo e de boas práticas para o serviço público prestado, facilitar a comunicação e colaboração entre os museus e

incentivar processos de qualificação. Final e especificamente, a progressiva generalização dos serviços educativos e das atividades pedagógicas e de animação de públicos infanto-juvenis (e/ou, noutro registo, de famílias ou adultos seniores). Deste ponto de vista, é aliás interessante notar que, de acordo com os últimos dados recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística, os museus constituem o único grande equipamento cultural cuja frequência ainda não se ressentiu dos efeitos da crise económica que começou em 2008 (GARCIA, 2014: 108).

Já quanto ao património edificado, e sobretudo em comparação com a situação vigente à data do 25 de abril de 1974, as mudanças críticas parecem estar na sua ligação com os contextos e as políticas urbanas. Podemos assinalá-las em três vagas, ilustrando cada uma delas com casos paradigmáticos.

O primeiro é o de Braga – e da formação (em 1977) e ação da ASPA, Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, uma associação cívica e cultural independente dos poderes locais. Braga experienciou, nos anos 1970 e 1980, uma expansão urbana intensa e rápida, e uma correlativa explosão da construção imobiliária para habitação e de reordenamento das redes viárias. O que provocou um conflito, por vezes agudo, entre, de um lado, a lógica económica de exploração de oportunidades e maximização dos proveitos, amparada por uma política autárquica muito interessada em atração de gente e capital, e, do outro lado, o passado e a riquíssima herança patrimonial da cidade, centro importantíssimo no período da romanização, e a consciência cívica, em particular junto de intelectuais e da Universidade do Minho, em seu favor ou defesa. A salvaguarda de Bracara Augusta, face às ameaças contidas no processo de urbanização, foi durante vários quinquénios um tópico maior da movimentação social e da luta política na cidade.

A segunda vaga, que se faz sentir também logo a partir dos últimos anos 1970, é de sinal bem diverso. O maior símbolo é Évora – e o modo como a autarquia aproveitou a riqueza patrimonial do centro histórico da cidade e o integrou num processo de afirmação nacional e internacional. A consagração deste centro histórico como património mundial da humanidade, em 1986 – a par do centro de Angra do Heroísmo e 10 anos antes do Porto e 15 anos antes de Guimarães – veio coroar essa estratégia. Ela foi dos primeiros lances bem-sucedidos de fazer do património não só um ativo identitário (a unidade da cidade, a singularidade da cidade), como também um recurso turístico, económico e político. O desenvolvimento do Campo Arqueológico de Mértola, beneficiando da convergência de esforços entre investigadores universitários e autarcas, insere-se nesta mesma lógica. A aura de “autenticidade” associada ao património (edificado, móvel e imaterial) constituiu, por outro lado, um dos motivos principais dos consumos culturais ditos pós-modernos (cf. FORTUNA, 1999, 47-71, a propósito justamente de Évora e Coimbra).

Uma terceira vaga pode ser datada de anos mais recentes – talvez já deste século XXI. Ela está associada à mudança de paradigma das políticas culturais no sentido da valorização da chamada economia da cultura. O património havia rapidamente constituído uma das razões de ser e das áreas da ação das autarquias locais, à medida em que, desde meados dos anos 1980, elas foram dispendo de recursos e orientações favoráveis ao pleno desenvolvimento de políticas culturais. O que é novo, duas décadas passadas sobre esse limiar, é a disseminação do princípio de que ele pode também

constituir um recurso económico decisivo – seja para processos de reabilitação e requalificação urbana, seja para a afirmação de distritos ou quarteirões culturais, seja para a atração de novos residentes, seja para o turismo (cf. SILVA, BABO & GUERRA, 2013). O já analisado movimento cultural e científico no sentido de privilegiar uma abordagem sistémica e contextual do património só podia favorecer esta disseminação. Valorizando, não apenas este ou aquele monumento, mas também a sua inscrição num território e o conjunto que forma com outros bens e valores patrimoniais, com os sítios e os seus habitantes, a lógica patrimonial pode articular-se produtivamente com outras dimensões de intervenção e, em particular, das políticas locais. As operações integradas de qualificação regional em torno de sítios patrimoniais – como o programa das Aldeias Históricas, lançado nos anos 1990 e as mais recentes redes e itinerários entre monumentos e sítios (as rotas do românico, de Cister, das judiarias, das linhas militares, etc.) são exemplos elucidativos deste potencial identitário, económico para além de cultural, do património edificado.

O conteúdo deste tema – a organização e as práticas em torno do património – não ficará esgotado se não fizermos duas referências finais, ainda que breves.

A primeira é a cooperação internacional, conduzida quer pelas autoridades públicas, quer por instituições privadas. Nem que seja pelo seu valor simbólico – e extremamente funcional para aquela metamorfose operada ao longo da democracia, que permitiu olhar para os resultados da ocupação portuguesa já não tanto como símbolos de opressão passada e mais como promessas de colaboração futura – foram e são muito importantes, do lado do esforço público e de cooperação Estado a Estado, o projeto de cooperação entre Portugal e Cabo Verde em torno da recuperação da Cidade Velha da Praia; e, do lado da intervenção privada, o empenhamento da Fundação Gulbenkian no desencadeamento, monitorização e financiamento da recuperação de antigas fortalezas e igrejas portuguesas na Ásia, na África e na América Latina⁸, assim como o lançamento do portal HPIP, Influência Patrimonial Portuguesa, na sequência da realização, entre 2007 e 2012, do projeto editorial *Património de origem portuguesa no mundo: arquitetura e urbanismo*, dirigido por José Mattoso.

A segunda referência é ao património imaterial e, em particular, ao património musical português. A recente integração, em 2011, do fado de Lisboa na lista da UNESCO veio dar-lhe grande visibilidade. Mas não é menos crítico, embora naturalmente menos visível, o trabalho que vem sendo desenvolvido em torno de outro património musical popular – sobretudo através da consolidação, entre nós, da etnomusicologia. E mereceria, por si só, um estudo próprio o processo de formação de novas gerações de fadistas, muito diversas das tradicionais, assim como de cantores de outras formas tradicionais (como o cante alentejano) e as audiências, designadamente urbanas e juvenis, que vêm conquistando. Insisto no meu temário: é também uma questão de identidade – da relação dos portugueses consigo próprios, a sua história e o seu presente – que está aqui em causa.

Quanto ao património musical erudito, mais do que realçar a política de edições patrocinada por organismos do Ministério ou Secretaria de Estado da Cultura – ela

⁸ Empenhamento que remonta a 1958, isto é, logo dois anos após o nascimento da Fundação.

mesma pouco estruturada ao longo dos anos – importa destacar, de um lado, os esforços de colocação na agenda programática de concertos de autores barrocos e românticos portugueses e, por outro, os movimentos de valorização desse património, de que um bom exemplo é o recente Movimento Patrimonial pela Música Portuguesa, fundado em 2009.

O Côa como epítome

Um dos factos que marcaram o ano de 1995 foi a polémica em torno da defesa das gravuras rupestres do Côa. Já antes haviam ocorrido, em Portugal, e tornaram a ocorrer depois debates públicos acesos sobre questões patrimoniais. Por exemplo, certas intervenções arquitetónicas de requalificação de monumentos ou sítios históricos, ou a construção do Centro Cultural de Belém em plena Praça do Império, a curta distância do Mosteiro dos Jerónimos, despertaram interesses e paixões.

O Côa foi contudo único, na sua excecionalidade e na sua intensidade (cf. GONÇALVES, 2001). A então empresa pública de eletricidade, EDP, construía uma nova barragem, na foz do rio, que provocaria a submersão das gravuras. A existência destas era já do conhecimento do instituto público responsável pelo património, o IPPAR, que contudo revelou incúria, deliberada ou não, no tratamento da questão. O grito de alerta para a importância única das gravuras rupestres partiu de investigadores e académicos. A EDP procurou negar essa importância e sustentar a legitimidade de prosseguir a obra, com base em pareceres técnicos contratados a especialistas estrangeiros. A comunidade académica internacional mobilizou-se; e a tese dos que defendiam a relevância mundial das gravuras acabou por obter vencimento. Entretanto, o governo em funções apoiava o prosseguimento da construção da barragem, o que, na vizinhança de eleições que podiam ditar o fim de 10 anos ininterruptos do governo de um partido, o PSD sob liderança de Cavaco Silva, veio dar à polémica uma componente adicional de natureza política, muito aguda. Tanto mais que o principal partido da Oposição, o Partido Socialista e o seu secretário-geral e candidato a primeiro-ministro, António Guterres, se colocaram do lado da preservação das gravuras.

A questão era, pois, patrimonial: o que fazer perante a riqueza descoberta, o que fazer com este legado que vinha ter connosco a partir de dezenas de milhares de anos antes de Cristo? Era científica: qual era realmente o valor destas gravuras, qual a sua autenticidade, qual a sua singularidade no contexto mundial? E era política: como decidir entre o interesse de construção de uma barragem, já em curso, de que se esperava aumento da capacidade de produção hidroelétrica e de transvase de água - e, no imediato, emprego local - e o património único do maior conjunto de gravuras rupestres paleolíticas ao ar livre do mundo, até então conhecido? E tudo isto em conjuntura eleitoral; tudo isto face a uma população receosa de que a suspensão da construção significasse menos oportunidades económicas no presente e no futuro.

Conhecemos bem o processo – que compreendeu aspetos de movimento social em defesa das gravuras e um aceso debate em torno dos princípios e dos métodos do desenvolvimento local e regional. Assim como conhecemos o desenlace: os socialistas ganharam as eleições legislativas e uma das decisões do novo governo – que recriava, 10 anos depois, o Ministério da Cultura – foi suspender a barragem, optando pela preservação das gravuras a céu aberto e prometendo o seu tratamento científico,

técnico e museológico *in situ*. Em 1998, a UNESCO incluiu as gravuras na lista do património mundial. Sabemos também que, depois de um longo período de avanços e recuos, no qual se desfizeram as ilusões de rápido dinamismo do concelho mercê de visitantes e turistas, o Museu do Côa abriu finalmente as portas em 2010, assumindo a forma jurídica de uma fundação que reúne organismos públicos da cultura, ambiente e turismo e autarquias locais. À data em que escrevo (maio de 2014), encontra-se ainda sujeito a vicissitudes que põem em dúvida a sua sustentabilidade, em condições compatíveis com a riqueza do sítio patrimonial de que é bandeira.

O processo do Côa é uma espécie de epítome das múltiplas dimensões que as questões patrimoniais assumem, numa democracia. Até nos poderia conduzir para além da fronteira, arbitrária como as fronteiras costumam ser, a que obedecemos neste texto, porque permitiria ligar o património cultural ao património natural. Mesmo que fiquemos, como ficaremos, apenas do lado cultural, o caso do Côa é paradigmático. Pelo menos, ilustra os pontos-chave da problematização que aqui tentei esboçar, para eventual benefício de investigadores interessados no aprofundamento teórico e empírico destas questões.

Em primeiro lugar, e por contraste com o salazarismo, a impossibilidade de uma leitura oficial e única do significado de um conjunto patrimonial. Ou, dito talvez com maior precisão, a diversidade e conflitualidade entre processos alternativos de codificação de certos traços (aqui, mesmo nos dois sentidos, literal e metafórico) como herança, valor e obrigação de cuidado e transmissão.

Em segundo lugar, a relação entre património (o que ficou do passado, o que o passado nos transmitiu, o que temos disponível para nosso usufruto e recriação) e identidade (o que devemos do que somos ao que fomos, o que permanece do que fomos no que somos, o que seremos com o que fomos e o que somos). Mas já não ao modo essencialista e primordialista de todos os regimes que querem fazer da história a caução originária do que são, e por isso impõem normativamente e, se necessário, repressivamente uma ortodoxia formal ou oficiosa, mas sim como várias interpretações possíveis da vinculação, da espessura histórica da comunidade que coletivamente constituímos.

Em terceiro lugar, a procura de uma singularidade não essencial, quer dizer, não decorrendo de um qualquer suposto caráter ou natureza ontológica (do “ser português” tornado “Portugal como ser”), mas sim pelas combinações circunstanciais e contingentes, sempre únicas, dos múltiplos fatores e eixos que se encontram e interpenetram no processo histórico.

Em quarto lugar, o valor acrescentado por essa singularidade contingencial, projetada sobre o espaço mundial.

Em quinto lugar, os fundamentos científicos, profissionais e técnicos do saber e da prática patrimonial, também eles sujeitos a prova, contestação, debate, revisão, também eles plurais.

Em sexto lugar, a conservação e o usufruto do património, no duplo critério da qualificação e da divulgação, da conservação que pode implicar restrições à acessibilidade e da democratização como consagração do direito ao usufruto público independentemente de condição e estatuto – e a resposta museológica a estes problemas.

Em sétimo lugar, a ligação, nem sempre fácil, muitas vezes tensa, dividida entre

interesses contrários e legítimos, do património às populações, à sua economia, à sua cultura, à sua consciência, às suas aspirações. Isto é, a dupla relação entre património e território: porque o património só ganha sentido quando interpretado em conjunção com o território em que ganhou forma e em que perdurou; e porque o património só ganha futuro quando é assumido pela comunidade que habita e refaz agora o território.

Por último e principalmente, a enunciação e a discussão democrática – pública, confrontacional, argumentativa – de todas estas dimensões. E a possibilidade da sua formulação e resolução num processo de decisão que possa ser participado, compreendido e decidido pela sociedade enquanto tal.

Qualquer que seja a margem em que cada um/a de nós se tenha encontrado, e o juízo que cada um/a faça dos termos da decisão e do mérito do caminho seguido desde ela e da bondade ou alcance dos resultados produzidos, o caso das gravuras rupestres do Côa constituiu o momento mais alto de discussão pública, de escrutínio científico e técnico e de envolvimento social no problema - que, como o presente ensaio procurou mostrar, vai bem fundo na cultura coletiva - da nossa relação com o património. E que esse momento tenha ocorrido em democracia fez toda a diferença. A começar por este facto singelo: não seria possível ocorrer senão em democracia.

Bibliografia

ALMEIDA, Miguel Vale de (2000), *Um mar da cor da terra. Raça, cultura e política da identidade*, Oeiras, Celta Editora.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio (2001), “Identidade nacional – algumas achegas ao debate português”, *Semear. Revista da cátedra Padre António Vieira de estudos portugueses*, 5, pp. 151-165.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner (2011), *Obra poética*, 2.^a ed, Lisboa, Editorial Caminho [1.^a ed., Lisboa, 1990-1991].

AREAL, Leonor (2011), *Cinema português. Um país imaginado*, vol. II, Lisboa, Edições 70.

BÉGHAIN, Patrice (1998), *Le patrimoine. Culture et lien social*, Paris, Presses de Sciences Po.

BENHAMOU, Françoise (2001), *L'économie de la culture*, 3.^a ed. rev., Paris, La Découverte [1.^a ed., Paris, 1996].

BRANCO, Jorge Freitas (2000), *Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan e BRANCO, Jorge Freitas (2003), “Folclorização em Portugal: uma perspectiva”, in CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan e BRANCO, Jorge Freitas (orgs.), *Vozes do povo. A folclorização em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-21.

FORTUNA, Carlos (1999), *Identidades, percursos, paisagens culturais*, Oeiras, Celta Editora.

GARCIA, José Luís (coord.) (2014), *Mapear os recursos, levantamento da legislação, caracterização dos atores, comparação internacional. Relatório final*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

GOMES, Sérgio Alexandre da Rocha (2011), *O passado, a identidade e as teias do governo. Estudos sobre as práticas de produção do conhecimento arqueológico e de construção*

da identidade nacional salazarista, dissertação de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras.

GOMES, Rui Telmo e MARTINHO, Teresa Duarte (2012), *Compendium. Cultural policies and trends in Europe. Country profile: Portugal. Last profile update: june 2011*. Disponível em <http://www.culturalpolicies.net>.

GONÇALVES, Maria Eduarda (coord.) (2001), *O caso de Foz Côa. Um laboratório de análise sociopolítica*, Lisboa, Edições 70.

GUILLAUME, Patrick (2003), *A política do património*, trad., Porto, Campo das Letras [ed. orig., Paris, 1980].

LOURENÇO, Eduardo (2014), *Do colonialismo como nosso impensado*, org. de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi, Lisboa, Gradiva.

PESSOA, Fernando (2010), *Livro do desassossego*, ed. Jerónimo Pizarro, Lisboa, Imprensa Nacional.

POIRIER, Jacques (1996), « Effacement ou conservation : les deux visions du patrimoine », *Hermès*, 20, pp. 103-107.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1990), *Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998), *As políticas culturais em Portugal*, Lisboa, Observatório das Atividades Culturais.

SILVA, Augusto Santos (2000): *Cultura e desenvolvimento. Estudos sobre a relação entre ser e agir*, Oeiras, Celta Editora.

SILVA, Augusto Santos, BABO, Elisa Pérez e GUERRA, Paula (2013), “Cultural policies and local development: the Portuguese case”, *Portuguese journal of social science*, 12 (2), 2013, pp. 113-131.